

NOVO JORNAL OAB - 12ª SUBSEÇÃO



CRAVINHOS
JARDINÓPOLIS
RIBEIRÃO PRETO
SANTA ROSA DE VITERBO
SÃO SIMÃO
SERRANA

Novo Jornal
Ano I - Edição V



ÍNDICE

Carta do Presidente.....	Pag 2
Democracia Participativa.....	Pag 4
Dois diretores compõem a nova Diretoria da Subseção	Pag 6
Peticionamento Eletrônico.....	Pag 7
Subseção se posicionou contra a mudança de regras de atendimento no protocolo.....	Pag 8
Filiação e Multiparentalidade rompe paradigmas antigos do Direito de Família.....	Pag 9
Palestras e Eventos.....	Pag 10
PROVIMENTO CGJ nº 17/2013.....	Pag 12
OAB foi incluída no Departamento de Mediação, Conciliação de Conflitos e Cidadania.....	Pag 13
Comissões da 12ª trabalham em sinergia e pedem apuração do MP na penitenciária.....	Pag 14
Debate "E agora advocacia?" é iniciativa pioneira.....	Pag 15
Convênios.....	Pag 17
Coordenador cobra ações de Segurança Pública eficazes.....	Pag 18
Comissão do Jovem Advogado promove Mini Cursos...	Pag 19
OAB promove debate sobre acessibilidade da pessoa com deficiência.....	Pag 20
Jurisprudencia.....	Pag 21
OAB – Feres Sabino.....	Pag 21
Balancetes.....	Pag 22





MAIS DE 30 MIL ADESÕES DIZEM TUDO SOBRE O MELHOR CAMINHO PARA PLANEJAR O SEU FUTURO.

A OABPrev-SP se tornou o maior fundo de previdência por entidade de classe no Brasil. Um número que demonstra o comprometimento e a qualidade do plano de previdência oferecido a advogados e familiares em todo o Estado de São Paulo.

Por isso, não perca mais tempo.
Comece agora mesmo a planejar um futuro tranquilo para você e sua família.
O caminho você já conhece.

Confira os benefícios da OABPrev-SP:

Aposentadoria Programada • Aposentadoria por Invalidez • Pensão

Saiba mais:
(16) 3913 9400
www.oabprev-sp.org.br

Instituidores



Parceria Estratégica



Construa seu amanhã



OAB - 12ª SUBSEÇÃO



CRAVINHOS
JARDINÓPOLIS
RIBEIRÃO PRETO
SANTA ROSA DE VITERBO
SÃO SIMÃO
SERRANA

CAMPANHA

ADVOGADO NÃO É VISITANTE
ADVOGADO É PARTE DA JUSTIÇA

O Calvário da Advocacia pelo Judiciário: Momento de ação, união e mobilização

Por Domingos Assad Stocco

“Em todas as nações livres, os advogados se constituem na categoria de cidadãos que mais poder e autoridade exercem perante a sua sociedade”, Rui Barbosa.

O ano de 2.013 vem sendo um ano de muitos testes para o exercício pleno da advocacia. Não foram poucas as tentativas de seu enfraquecimento pelo nosso Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), mesmo estando claro que o(a) advogado(a) é ferramenta imprescindível a administração da Justiça (artigo 133, Constituição Federal).

Como advogado e dirigente, externo o meu respeito a instituição PODER JUDICIÁRIO. Mas, sendo norteador pelo proselitismo legalista que me guia, não consigo entender a série de tentativas do nosso Egrégio TJSP de cercear os direitos, de afrontar a advocacia através de portarias, provimentos, etc...

No começo do ano, enfrentamos surpreendentemente a restrição do horário de trabalho nos fóruns paulistas através do provimento CSM 2082/13. A reação da advocacia veio de forma imediata: na 12ª. Subseção, realizamos a campanha **ADVOGADO NÃO É VISITANTE. ADVOGADO É PARTE DA JUSTIÇA**, que alcançou nível nacional. Já a OAB/SP agiu e obteve resultados para a advocacia no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no próprio Supremo Tribunal Federal (STF), mantendo sem redução o horário de atendimento nos fóruns de todo o Estado, evitando prejuízo ao jurisdicionado e aos advogados.

Logo depois nos confrontamos com o fa-

migerado Provimento nº 17/2013, da Corregedoria Geral de Justiça do TJSP, qual o CNJ, sabiamente, deferiu pedido cautelar da OAB/SP impedindo que entrasse em vigor no dia 5 de setembro, até a deliberação final. De acordo com o Comunicado CG nº 652/2013, o provimento, autoriza notários e registradores a realizar mediação e conciliação, sem a presença de um advogado. Uma anomalia jurídica! Na nossa Subseção também reagimos. A Comissão Registral e Notarial e a Comissão de Mediação e Arbitragem emitiu NOTA no sentido de que esse provimento, “...padece de inconstitucionalidade não só por ter alterado a lei por ato administrativo, como, também, por flagrante usurpação da atividade privativa do advogado...”.

Recentemente, através de um “comunicado” oriundo da Presidência do mesmo Egrégio TJSP, fomos também surpreendidos pela notícia de que “todas as unidades administrativas e judiciais, incluídos protocolo e distribuidor, encerrarão suas atividades, impreterivelmente, às 19 horas, ainda que haja fila ou vista no balcão”. Uma afronta!

Mais uma vez, reação da 12ª. Subseção e da Seccional OAB/SP. O CNJ então deferiu liminar da OAB, no dia 12.08, determinando que o TJSP atenda advogados que estiverem na fila de atendimento até as 19 horas.

E por último, recentemente, uma nova medida oriunda do Poder Judiciário Paulista, restringindo o horário de atendimento nos Bancos, localizados nos Fóruns. Nova medida em andamento no Conselho Nacional de Justiça.

Todas as medidas administrativas tomadas enfrentam, com todo respeito, o exercício li-



vre da advocacia. São medidas restritivas e que violam até mesmo as prerrogativas dos advogados. E sendo assim, é lança que fere o cidadão. É ofensa a cidadania.

O momento é de ação, união e mobilização da advocacia.

Em nenhum momento a Subseção ou a Seccional da OAB/SP se calaram diante desses absurdos, levando todas as questões ao CNJ e até mesmo ao STF, cumprindo nossa função institucional que é de defender o exercício da advocacia. Portanto, caros e caras colegas, o momento é de sermos ouvidos, de mostrarmos a indignação e a insatisfação da sociedade; de que cessem as medidas de enfrentamento com o exercício pleno e ilimitado da advocacia. O problema do Judiciário não resolver-se-á com tais enfrentamentos; não é restringindo a atividade da advocacia que o Judiciário resolverá a morosidade que hoje é a principal causa de descrédito da Justiça.

BASTA DE NEGATIVA À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ATENDIMENTO PLENO DAS 9:00 HS. AS 19:00 horas. CARTÓRIOS/PROTOCOLO/DISTRIBUIÇÃO/BANCO

Advogado não é visitante. Advogado é parte da Justiça. Esta é a nossa campanha. Essa é nossa luta!

Escala de Plantão da Comissão de Direitos e Prerrogativas (16)9105-0351 ou 3995-2223

Importante comunicado da 12ª. Subseção: Advocacia, não deixe de participar à Comissão qualquer violência a nossa atividade. Quem protege a prerrogativa, protege o exercício amplo da advocacia. **ESCALA DE PLANTÃO DOS RELATORES DA COMISSÃO DE DIREITOS E PRERROGATIVAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – 12ª SUBSEÇÃO DA OAB/SP, QUE ESTARÃO COM O**

TELEFONE CELULAR NO PERÍODO DE 05.07 ATÉ 16.08.2013. INICIO E TÉRMINO E RELATOR DE PLANTÃO
11/10/13 até 18/10/13 Dr. Carlos Alberto Carvalho Saraiva
18/10/13 até 25/10/13 Dr. Renan Posella Mandarino
25/10/13 até 01/11/13 Dr. Bruno Correa Ribeiro
01/11/13 até 08/11/13 Dr. Lucas Miranda da Silva

08/11/13 até 14/11/13 Dr. Luiz Henrique Vanzo de Barros
14/11/13 até 22/11/13 Dra. Maria Rita F. de Campos
22/11/13 até 29/11/13 Dr. Diego Modolo Leitão
29/11/13 até 06/12/13 Dra. Tânia Maria Zufellato
06/12/13 até 13/12/13 Dr. José Augusto Ap. Ferraz
 O telefone celular da Comissão de Direitos e Prerrogativas da

Ordem dos Advogados do Brasil – 12ª Subseção é nº 9105-0351, que permanece ligado diariamente, durante 24 horas, para contato direto dos (as) Advogados (as) e estagiários (as) regularmente inscritos (as), com o relator de plantão.

DOMINGOS ASSAD STOCCO
 Presidente da 12ª Subseção

Democracia Participativa

300 advogados empossados como Coordenadores e Membros de Comissão

“Dia histórico”, era a expressão mais usual que se ouvia pelos cantos da Casa do Advogado, abarrotada de advogados e advogadas, demonstrando sua incontestável força de união, que aconteceu na posse de mais de 300 Membros e Coordenadores de comissões da 12ª. Subseção da OAB-SP, em 28 de Maio. Com toda a diretoria da Subseção presente na solenidade, compuseram também a mesa dos trabalhos os Conselheiros estaduais da Seccional de São Paulo, Cid Veludo, Ricardo Giuntini e Silvio Oranges. Também presente o Presidente da OAB-SP, Marcos da Costa, que fez questão de comparecer e prestigiar, enfatizando que não poderia faltar a aquele dia tão especial “na vida da nossa advocacia”.

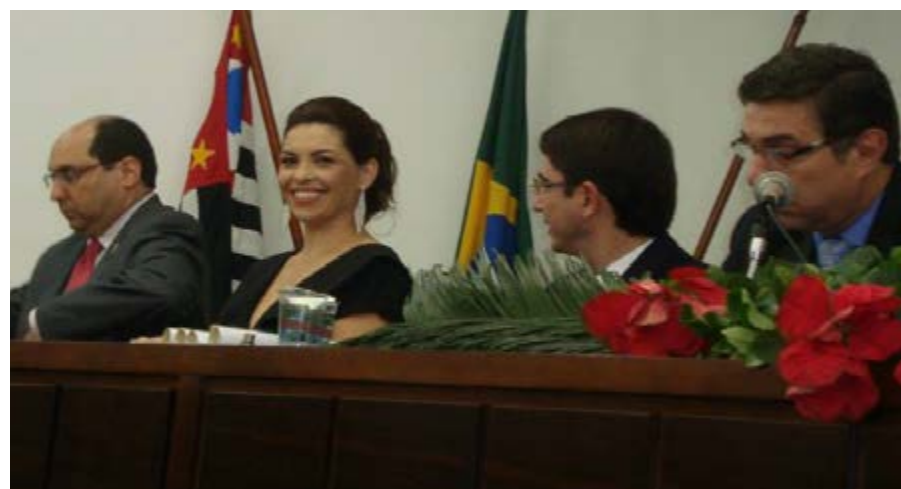
Com o auditório lotado, o presidente Domingos Stocco, ao abrir os trabalhos da noite, em tom emocionado confessou em público: “Eu preciso quebrar o protocolo, me perdoem, mas, sempre nos disseram que nossa casa era um absurdo de grande, um exagero. E hoje para nossa grata satisfação, em nome da advocacia posso afirmar: a nossa Casa ficou pequena!”, disse.

Presente à cerimônia, o Dr. Feres Sabino, do alto da sua experiência política, profissional e institucional, escreveu um artigo publicado no jornal “A Cidade” de Ribeirão Preto, onde disse ter

visto, nesta solenidade, a implantação da Democracia Participativa na 12ª Subseção da OAB-SP.

Um a um cada membro e coordenador de Comissão foi sendo chamado à mesa dos trabalhos, onde foram diplomados e devidamente empossados. Nas palavras da Diretora Renata de Carlis Pereira, “Hoje é a advocacia de toda nossa subseção que está sendo homenageada, a Gestão, a Subseção e a Advocacia não existiriam sem o trabalho desses valorosos colegas”, disse. Além dos membros e coordenadores empossados, foram homenageados os representantes da Ordem perante a sociedade civil. O jantar em homenagem aos coordenadores, membros e seus familiares, após a solenidade de posse, foi promovido pelo Departamento Social, coordenado por Luiz Eugenio Scarpino e Tania Maria Zufellato e pela Comissão da Mulher Advogada, que reuniu as 400 pessoas presentes na área social da Casa do Advogado. Nas palavras de Scarpino, a noite “foi um momento único de confraternização”.

Tania Maria Zufellato falou do trabalho e do ineditismo do acontecimento: “Foi muito trabalhoso, mas também de muita satisfação. O evento foi extremamente relevante, pois pode homenagear aos advogados que compõem as Comissões. Isso nunca aconteceu, tenho certeza que marca um novo tempo em nossa Casa”, disse.



“*Eu preciso quebrar o protocolo, me perdoem, mas, sempre nos disseram que nossa Casa era um absurdo de grande, um exagero. E hoje para nossa grata satisfação, em nome da advocacia posso afirmar: A nossa Casa ficou pequena!*”



Seccional Paulista agradeceu a 12ª Subseção pela campanha “Advogado não é visitante, advogado é parte da justiça”



O Presidente da OAB-SP, Marcos da Costa, fez questão de enfatizar por diversas vezes que prestigiar a advocacia de todas as cidades que compõem a Subseção é uma de suas prioridades. Também na ocasião, agradeceu a todos que estiveram à frente da campanha idealizada pela 12ª Subseção, “Advogado não é visitante, advogado é parte da Justiça”. Como foi amplamente noticiado, no dia 27 de junho, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar que impediu a redução do horário de atendimento ao público nos fóruns e tribunais de todo o país, o que levou o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) a editar a Portaria 8.782/13, que restabeleceu o horário das 9 às 19 horas.

Para Marcos da Costa, “com certeza, a 12ª. Subseção com sua campanha ‘Advogado não é visitante, advogado é parte da Justiça’, também foi uma das forças nessa jornada pelo restabelecimento dos direitos e prerrogativas dos advogados paulistas. Falamos tanto em união nessa noite, mas acho que devemos repetir que esse esforço, é um esforço de união de toda à advocacia”, discursou.

União e participação

Foi consenso o novo momento que vive a Gestão da 12ª Subseção. Entre uma platéia seleta de profissionais do direito, houve grande acolhimento ao discurso do presidente da 12ª Subseção: “Essa gestão participativa, onde falamos e ouvimos na busca do nosso entendimento coletivo, do nosso fortalecimento. Nenhum ínfimo avanço seria possível sem cada um dos advogados e advogadas aqui presentes, gestores de nossa 12ª. Subseção”, disse, sobre aplausos das centenas de colegas presentes, concluindo: “A advocacia unida torna-se muito forte e poderosa. Parabéns a todos nós pela defesa intransigente de nossas prerrogativas. Sem elas não existe advocacia. Como disse, hoje é dia de agradecer. Muito obrigado a todos vocês diletos amigos hoje empossados, que mais uma vez faço questão de lhes reverenciar. Vocês são a nossa força, a razão de ser da nossa Casa do Advogado, vocês merecem todas as homenagens possíveis. Obrigado pela confiança, pela dedicação, pela disposição de ajudar e pela luta constante e incessante na construção de uma OAB cada vez Melhor e mais forte”.

Dois diretores compõem a nova Diretoria da Subseção

Novos diretores empossados pela Seccional Paulista da OAB ajudarão na dinâmica da gestão (2013-2015)

Dois novos diretores da 12ª. Subseção da OAB-SP, indicados na reunião do Grupo Gestor no dia 03 de setembro, que aconteceu na Casa do Advogado, foram empossados no último dia, 23 de setembro, na reunião do Conselho Estadual da Seccional OAB- SP.

Os novos diretores farão parte da Gestão 2013-2015. São eles, o coordenador da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Valdez Freitas Costa e o representante da OAB junto ao Fórum da Justiça Estadual, Glauco Polachini Gonçalves. A escolha se dá após a renúncia de dois diretores da Subseção no dia 01 de julho, o ex-vice presidente André Luiz Carrenho Geia e o ex-tesoureiro André Renato Claudino Leal.

O presidente Domingos Stocco, antes de falar dos novos colegas, fez questão de agradecer aos antigos diretores: “Servir a OAB é se colocar a disposição de toda a classe. Por isso, quero antes de mais nada agradecer ao amigo e professor André Geia pelo trabalho prestado à nossa OAB e também ao André Leal, que estiveram conosco nesse começo de um grande caminho que estamos trilhando já com nossa marca: gestão participativa da advocacia”.

A escolha dos novos diretores passou pelo crivo do Grupo Gestor e foi aclamada por unanimidade. A Diretoria terá uma nova formação: Domingos Assad Stocco, Presidente; Fabio Carvalho, Vice-Presidente; Valdez Freitas Costa,

Tesoureiro; Renata De Carlis Pereira, Secretária e Glauco Polachini Gonçalves, Secretário-Adjunto.

Novos Diretores

Além do perfil técnico, por se tratarem de dois grandes advogados, dedicados ao fortalecimento da classe, a escolha, segundo o novo vice-presidente, Fabio Carvalho, passou por uma espécie de filtro, pois era importante que um dos diretores fosse oriundo da Comissão de Direitos e Prerrogativas, assunto diuturnamente debatido nas reuniões da Diretoria. “O Valdez dispensa comentários como advogado e militante da causa. A Comissão de Direitos e Prerrogativas vem fazendo um trabalho exemplar. Posso afirmar que trata-se da mais atuante Comissão de Prerrogativas do interior do Estado, o que já foi reconhecido, inclusive, pela Seção de São Paulo e, trazer um dos coordenadores para junto à diretoria é um gesto que demonstra o quanto é desejo de todos fortalecermos ainda mais um dos pilares da nossa gestão”, disse.

A diretora Renata De Carlis Pereira falou sobre a escolha de Glauco Polachini Gonçalves. “Foi unânime. O Glauco vem fazendo um excelente trabalho no fórum estadual em diligências diversas e reuniões com o diretor. Avançamos muito com ele nos anseios da classe do ano passado pra cá. Em questões como o atendimento no protocolo e no atendimento aos advogados, a sintonia dele com todos nós do grupo gestor ficou explícita”, disse.



Domingos Stocco fez questão de parabenizar os novos diretores e ressaltou o fortalecimento do Grupo Gestor: “Que sejam muito bem vindos os nobres colegas. Mas é importante ressaltar que, na verdade, quem participa das reuniões da diretoria sabe que somos não cinco diretores, mas quase uma centena que compõe o grupo gestor. Estamos avançando nessa nova maneira de gestão, participativa, de toda a advocacia. Quero nessa data, com muita satisfação, além de parabenizar os amigos diretores, fazer um chamado a todos os advogados e advogadas: estejam sempre conosco; estamos de portas abertas a qualquer colega, a qualquer demanda que trate do fortalecimento de nossa classe”, completou o presidente Domingos Stocco.

PERFIL

Valdez Freitas Costa, advogado graduado no curso de direito da Universidade de Ribeirão Preto-UNAERP, milita na área cível, em Ribeirão Preto e região. Atuou como assessor da Presidência do XIII Tribunal de Ética e Disciplina por um período aproximado de 03 (três) anos, era um dos coordenadores da Comissão de Direitos e Prerrogativas da 12ª Subseção. **Glauco Polachini Gonçalves**, advogado graduado pela Universidade Lauro de Camargo, pós-graduado em Direito Processual Civil, milita no fórum estadual há 15 anos. Representa a 12ª Subseção OAB/SP junto ao Fórum da Justiça Estadual.

Diretor fala sobre o respeito às prerrogativas do advogado

O Diretor Valdez Freitas Costa falou à reportagem sobre a sua escolha e dos desafios que o esperam: “Estou muito honrado com a indicação do meu nome para compor a atual diretoria da 12ª Subseção. Desde o início da atual gestão já venho tendo a grata experiência de trabalhar ao lado de nobres colegas, em benefício da advocacia local. O que me faz acreditar no sucesso do nosso trabalho e, portanto, o que me levou a aceitar o desafio, inegavelmente, reside no espírito que motiva o Presidente Domingos Stocco e os colegas que estão engajados no grupo, que é em primeiro plano e de forma irrenunciável, o de trabalhar em prol da valorização e do respeito aos nossos direitos e prerrogativas da nossa nobre classe. Meus sinceros agradecimentos ao Presidente e aos colegas que depositaram em mim a confiança para a missão. Vamos juntos, em frente, em busca do nosso ideal”, disse.

Diretor representante da Subseção fala sobre o comprometimento com a classe

O diretor Glauco Polachini Gonçalves, militante no fórum estadual deixou suas palavras quando da sua escolha para compor a nova diretoria: “Integrar uma gestão democrática, harmônica, sólida, e competente, representada por advogados comprometidos com a classe, é uma honrosa missão que chega a mim fortalecida pela confiança e carinho de todos”, finalizou.

Peticionamento Eletrônico

Palestras e mais funcionários para atender. A 12ª. Subseção é a mais adiantada no petição eletrônico em todo o estado

A 12ª. Subseção da OAB-SP já é a subseção mais adiantada quando o assunto é Petição Eletrônica, muito embora, nas palavras do presidente Domingos Stocco: “é preciso avançar muito mais, o Petição Eletrônico é uma realidade concreta a ser enfrentada pela advocacia”. Conforme o boletim “Petição Eletrônico em Foco”, divulgado virtualmente duas vezes por semana pela Comissão de Direito Digital, Internet e Tecnologia (CDDIT), “Apenas 60 mil, dos 240 mil advogados ativos no estado de São Paulo possuem certificação digital, segundo levantamento da empresa Certisign realizada no mês de julho de 2013. Isto coloca o nosso estado na 17ª colocação proporcional”.

Mutirão de Certificação Digital

O Presidente Domingos Stocco esteve no dia 04 de Setembro, na sede da OAB-SP, com o secretário-geral, Caio Augusto Silva dos Santos, tratando de diversos assuntos administrativos. Em especial foi programado junto com a Seccional Paulista um mutirão de certificação digital na Subseção, no mês de Setembro. Nas duas primeiras semanas do mês foram disponibilizados durante três dias, mais dois funcionários da Seccional, e nas duas últimas semanas, os funcionários estiveram disponíveis integralmente na Casa do Advogado, atendendo o adiantamento da agenda de certificação digital na Subseção.

A CDDIT também elaborou um tutorial sobre certificado digital. Caso, você ainda não tenha o seu certificado digital, acesse o link e siga os passos: http://www.oabrp.org.br/entenda_sobre_certificacao.php. Segundo o Coordenador Izildo Souza, é preciso obstinação para vencer o desafio do petição eletrônico: “Estamos iniciando uma nova fase na advocacia e os advogados(as) precisam ter obstinação para enfrentar este desafio, que está sendo imposto pelos tribunais e ainda necessita de muitas melhorias, mas que tende a beneficiar a todos”, declarou. Milhares de advogados já fizeram cursos de capacitação em Petição Eletrônica na Casa do Advogado A CDDIT junto com o Departamento Cultural e de Eventos da Subseção promoveu uma dezena de eventos na área e só no mês do advogado, duas palestras: “Petição Eletrônico: Certificação Digital” e “Petição Eletrônico na Prática” foram realizadas, todas como casa lotada.

No mês de Setembro a CDDIT realizou importantes eventos na Casa do Advogado: “Processo Eletrônico na Terceira Idade: Um desafio que pode ser vencido”, somente para advogados com idade acima de 60 anos e a palestra “Prática do Petição Eletrônico no Tribunal de Justiça de São Paulo, ministrados pelo coordenador da CDDIT, Izildo Inácio de Souza e Maria Eugênia Ugucione Biffi, que também integra a referida Comissão. No dia 21 de setembro foi



realizada também na Casa do Advogado, a palestra “Certificação Digital e Petição Eletrônico na prática”, ministrada por Fernando de Pinho Barreira. Atualmente, a 12ª Subseção tem seis funcionários realizando a certificação digital.

Com a implantação do processo eletrônico em primeira instância em todas as comarcas que fazem parte da nossa subseção, a diretoria não mediu esforços para contratar novos funcionários, bem como treinar outros que já faziam parte dos seus quadros e qualificá-los para fazer os certificados digitais dos advogados.

Como resultado deste esforço, o número de certificações digitais, que no começo do ano era

quatro por dia, hoje atinge o número de 60 certificações digitais diárias.

Guia de Petição Eletrônico em Segunda Instância

A 12ª Subseção criou, com apoio da sua Comissão de Direito Digital, Internet e Tecnologia, um “Guia de Petição Eletrônico em Segunda Instância”, que contém o cronograma de implantação nas câmaras julgadoras, procedimento para o advogado adquirir o seu certificado digital e dicas práticas para o cotidiano, com demonstrações passo-a-passo de como elaborar uma petição eletrônica. O guia pode ser acessado através do link: <http://goo.gl/CcVq2>

Novo Programa  na TV






Apresentação todas as sexta-feiras às 19h30
Com reprise nos domingos às 14h
Na TV THATHI (22 NET E 33 VHF).

Subseção se posicionou contra a mudança de regras de atendimento no protocolo

No dia 31.07 a Subseção soltou nota pública para a imprensa e nos meios de comunicação virtuais, posicionando-se contra o comunicado TJSP que estabelecia novas regras nas unidades administrativas e judiciais, incluindo o protocolo. O Conselho Nacional de Justiça deferiu liminar da OAB, no dia 12.08, determinando que o TJSP, atenda todos os jurisdicionados e advogados que estiverem na fila de atendimento até as 19h.

NOTA

BASTA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A 12ª Subseção da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, tendo tomado conhecimento do “COMUNICADO” baixado pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP, onde noticia que “todas as unidades administrativas e judiciais, incluídos protocolo e distribuidor, encerrarão suas atividades, impreterivelmente, às 19 horas, ainda que haja fila ou vista no balcão”, e mais, que “não haverá distribuição de senhas àqueles que, eventualmente, às 19 horas, se encontrarem em fila de atendimento de protocolo ou distribuidor”, vem, por meio da presente, afirmar que tal imposição fere frontalmente o preceito constitucional que garante ao cidadão pleno e irrestrito acesso à Justiça, e que tal medida causará a este indiscutível prejuízo, já que verá limitado o acesso à prestação jurisdicional.

O Estado de Direito Democrático assegura o respeito às garantias fundamentais por meio de uma proteção jurídica eficiente, célere, e transparente, motivo pelo qual a Advocacia não pode ficar refém de imposições que penalizam as partes e seus representantes.

A 12ª Subseção da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL não é conivente com a situação, ainda mais quando se percebe que a imposição nada mais é do que o reconhecimento tácito da ineficiência do serviço público que é colocado à disposição da Advocacia, que prejudica as partes e os profissionais que as representa.

Ribeirão Preto, 31 de julho, de 2013.

12ª SUBSEÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/SP



Filiação e Multiparentalidade Rompem Paradigmas Antigos do Direito de Família

Debate fez parte da série de eventos programados por diversas Comissões da 12ª. Subseção em comemoração ao mês do advogado

No dia 01 de agosto, a 12ª. Subseção recebeu na Casa do Advogado o especialista em Direito de Família, Doutor em Direito Civil pela USP e Mestre em Direito pela PUC-SP, autor de diversas obras jurídicas, Dr. Flávio Tartuce, no debate aberto “Filiação e Multiparentalidade”, inaugurando a extensa agenda do mês do advogado com mais de quinze eventos. Segundo a diretora do Departamento Cultural e de Eventos da Subseção, Christiana Maria Roselino Paixão: “Vivemos um momento de incertezas, em que há uma crise de antigos paradigmas, especialmente no Direito de Família. O modelo jurídico vigente a respeito do instituto da filiação mostra-se em descompasso com a realidade social, mas relações continuam a se estabelecer, independente da sua aceitação legal. Penso, que muita reflexão sobre o assunto ainda seja necessária para que possamos manter a lucidez que possibilitará encontrar soluções jurídicas criativas e coerentes para essa nova realidade social. O Dr. Tartuce foi irretocável em suas colocações por todo o debate”, disse.

Coube ao Coordenador da Comissão de Comunicação, Eduardo Silveira a apresentação do palestrante “Coube a mim a tarefa de apresentar um jurista que dispensa maiores apresentações, podemos dizer que o nosso palestrante, não só como professor e doutrinador, mas também como operador do direito, tem dado uma contribuição fundamental para a modernização dos conceitos que decorrem dos for-

matos familiares contemporâneos, para os quais o Direito nem sempre tem solução pronta, pacífica e consolidada. Sua mensagem tem sido: a família mudou e cabe ao Direito, portanto, encontrar soluções para atender essas novas configurações. As pessoas se casam, se separam, casam novamente e formam novas famílias, surgindo daí a questão da parentalidade socioafetiva, que não necessariamente exclui a biológica, dois pais, duas mães, vários avós, é o fenômeno da multiparentalidade, tema da palestra de hoje. Nosso palestrante vem ensinando que a família contemporânea abandonou o sistema patriarcal advindo do Direito Romano e passou a ter sua base nas relações de afeto entre seus membros. Hoje ele vem nos mostrar que no Direito de Família atual, o afeto e o amor possuem valor jurídico e foram alçados à condição de verdadeiros princípios gerais”, apresentou.

O evento foi uma realização do Departamento de Cultura e Evento, da Comissão de Direito de Família e Sucessões da 12ª subseção da OAB-SP e do IBDFAM/SP, com o apoio do Departamento de Cultura e Evento da OAB-SP.

A Diretora Renata de Carlis Pereira falou à reportagem sobre a qualidade do debate: “O palestrante nos presenteou com um debate de muito conhecimento e moderno, ficamos honrados com a sua presença na nossa Casa e externamos o convite para que ele retorne mais vezes. Em nome de toda a Diretoria, quero agradecer imensamente pela noite de hoje”, finalizou.



Oratória e Comunicação Estratégica na Advocacia

Evento trouxe novidades sobre o exercício da comunicação estratégica na advocacia

No dia 21 de Agosto, ocorreu na Casa do Advogado a palestra “Oratória e Comunicação Estratégica na Advocacia”. O evento foi organizado pela Comissão de Gestão de Escritórios e Departamentos Jurídicos (CGEDJ) da 12ª. Subseção da OAB-SP, tendo como palestrante a Fonoaudióloga Clínica e Empresarial, Mestre e Doutora pela Universidade de São Paulo (USP), Cristiane Romano, que aplicou uma metodologia exclusiva de Coaching. Compuseram a mesa, representando a Subseção, a Diretora do departamento Cultural e de Eventos Christiana Maria Roselino Coimbra Paixão e os Coordenadores da CGEDJ, José Rubens Hernandez e José Roberto Reis da Silva.

O coordenador da CGEDJ,

José Rubens Hernandez falou da importância do jovem advogado no evento: “A participação de jovens advogados e advogadas era natural de se esperar na palestra sobre oratória e comunicação estratégica para a advocacia. Mas o que mais chamou minha atenção foi a significativa presença de advogados e de advogadas maduros, preocupando-se em lapidar ferramentas de uso cotidiano”, disse. Sobre o tema, está sendo preparado um curso de três dias na Casa do Advogado, cujos dias, horários e valores serão divulgados nas redes sociais da Subseção.

O coordenador da CGEDJ, José Roberto Reis da Silva, também falou à reportagem: “Foi gratificante reunir advogados e estudantes para tratar da principal ferramenta de trabalho da advocacia, que se moderniza a cada dia”, finalizou.



Evento teorias do FBI em Criminal Profiling tratou de Novas Ciências nas Investigações Criminais

No dia 02 de agosto, ocorreu na Casa do Advogado, a aula aberta “Teorias do FBI em Criminal Profiling”, evento promovido pela advogada Tânia Mara Volpe Miele, Diretora Executiva do Instituto Paulista de Estudos Jurídicos e Bioéticos (IPEBJ) e Coordenadora da Comissão de Bioética, Biodireito e Biotecnologia da 12ª Subseção da OAB-SP.

A aula foi ministrada pela psicóloga Aline Lobato, doutora em Psicologia Investigativa pela Universidade de Liverpool, Inglaterra, professora titular da Universidade Estadual da Paraíba, que vem mi-

nistrando cursos para as polícias civis e militares de vários Estados do Brasil sobre a análise da cena de um crime, perfil e comportamento dos criminosos, atuando também junto à Polícia Federal, além de ser Coordenadora e Docente do Curso de Pós-Graduação em “Criminal Profiling” oferecido pelo IPEBJ. O Dr. Eduardo Silveira, Coordenador da Comissão de Comunicação, ao apresentar a professora para o público presente, destacou que “ela é pioneira de uma nova área da psicologia que vem demonstrando ser uma forte aliada da polícia nas investigações criminais, a chamada



psicologia da investigação, que consiste na análise da cena de um crime, com o objetivo de identificar o perfil do autor daquele fato. Com seu trabalho e seus estudos, ela vem ajudando a polícia a ver além do óbvio”.

Segundo Aline Lobato, o objetivo é “ensinar a identificar o criminoso pelas ações que ele praticou na cena do crime. Enquanto o perito criminal se prende ao horário em que a vítima morreu, se

houve coagulação do sangue ou qual o tipo de arma utilizada, o psicólogo observa detalhes: se o rosto da vítima estava para cima ou para baixo, se suas mãos estavam amarradas ou não”, explicou a psicóloga. O auditório esteve lotado pelos alunos do IPEBJ, que são profissionais de várias áreas da saúde, da educação, da psicologia e do Direito, além de advogados e demais pessoas interessadas no assunto prestigiaram o evento

1ª. Caminhada do Pai Advogado: Valorização da Família

Evento trouxe novidades sobre o exercício da comunicação estratégica na advocacia

O que poderia ser considerado apenas um sábado de sol qualquer, acabou se transformando numa celebração da família ao redor dos profissionais do direito. No último dia 10.08, em comemoração ao dia dos pais, no Parque Luis Carlos Raya, aconteceu a 1.ª Caminhada do Pai Advogado; evento este organizado pela Comissão da Mulher Advogada (COMAD)

Foi um momento histórico na 12.ª Subseção da OAB/SP, envolto pela poesia da relação pai e filho, assunto de maior importância na vida de qualquer pessoa.

Pais e mães advogados estiveram juntos entre às 8 e 11 horas da manhã, tendo o evento confirmado uma das premissas do grupo gestor: a integração de todos.

Quem esteve presente naquela manhã encontrou

pais e mães advogados, amigos e familiares, em total comunhão com o bem estar da família.

Todos correram e caminharam, variando atividades físicas acompanhadas por um personal training. Mas sobretudo brincaram com seus filhos. A COMAD, com auxílio de colaboradores, organizou um belíssimo café da manhã para todos os participantes.

Nas palavras de uma das coordenadoras da COMAD, Luciana Grandini Remolli, o evento foi de emoção extrema: “O advogado tem uma vida estressante, com prazos e desafios a todo instante, e o papel da COMAD em organizar esse evento foi o de valorizar o que temos de melhor, nossa família”, disse.

A caminhada do Pai Advogado compôs o calendário das festividades do Mês do Advogado.



Arraiá da OAB

Exemplo de Responsabilidade Social

A 12ª. Subseção recebeu um ofício de agradecimento do Sanatório Espírita Vicente de Paulo, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundado em 08/02/1946. No ofício a entidade agradece a diretoria “pela confiança desta casa, na realização do evento da festa julina ocorrido no dia 13/07/2013”.

Após dois anos a Subseção voltou a realizar o evento em conjunto com a entidade, que arrecadou em torno de R\$6500,00 (seis mil e quinhentos reais) líquidos, mais doações em alimentos.

A entidade no ofício também declarou: “Queremos ressaltar que são gestos generosos iguais a esses, que nos incentivam a continuar na árdua luta pela manutenção desta casa”.

Tânia Zufellato, Coordenadora do Departamento Social da Subseção falou à reportagem sobre o envolvimento da advocacia em eventos sociais como esse: “A advocacia é uma classe de muita responsabilidade social. A nossa vocação não foge da premissa de ajudar o próximo. Creio que foi louvável o esforço de todos nessa ação com a entidade”, disse.



A entidade

O Sanatório Espírita Vicente de Paulo atua na área da saúde mental, através do serviço “Residências Terapêuticas”, que assiste 38 ex-pacientes psiquiátricos com alta hospitalar, residindo em 7 ca-

sas, na cidade de Ribeirão Preto, totalmente mantidas por nossa Entidade; atendimento a usuários de álcool e/ou drogas através do CAPS-adII, com tratamento para adultos, crianças e adolescentes, com mais de 9.000 usuários cadastrados.

CNJ confirma liminar contra Provimento 17/2013 CGJ nº 17/2013

Provimento autorizava os cartórios extrajudiciais a realizarem conciliação e mediação”

Em sessão, realizada em 10.09, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ratificou a liminar concedida pela conselheira Gisela Gondin Ramos para suspender a entrada em vigor do Provimento nº 17/2013, da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo, que autoriza notários e registradores a realizar mediação e conciliação. O Conselho Federal da Ordem atuou como assistente.

“Graças aos esforços da OAB/SP e da Advocacia conseguimos a manutenção da liminar no CNJ. É uma grande vitória e temos confiança de que no exame de mérito também seremos vitoriosos porque o Conselho tem expressado esse entendimento de que cartórios e registradores não podem promover mediação e conciliação. Para a advocacia e a cidadania, a vigência do Provimento nº 17/2013 seria danosa”, afirmou o presidente da OAB SP, Marcos da Costa.

Na avaliação do presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius, “não é razoável que os cartórios, que possuem a função registral, busquem substituir a sociedade e as instituições para realizar a mediação”.

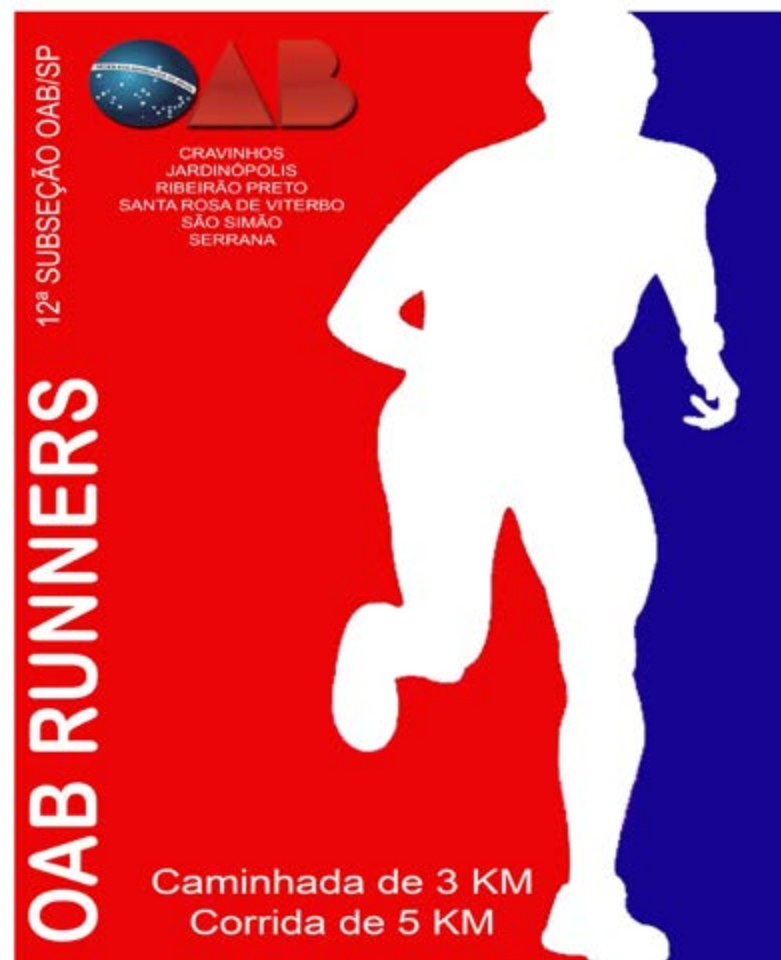
O presidente da OAB SP também confia numa decisão favorável no Conselho Superior da Magistratura do TJ-SP, que está analisando o pedido de revogação do Provimento nº 17/2013, da

OAB SP, AASP e IASP. “Na sessão realizada no dia 23 de agosto, o desembargador Samuel Alves de Melo Júnior apresentou voto magistral, mostrando as inconstitucionalidades e ilegalidades do Provimento, dissociado da Resolução nº 125/2010 do CNJ, destinado a ampliar a prática de conciliações e mediações. Foi pedida vista e estamos aguardando sua volta à pauta, provavelmente da próxima semana. O CSM somente opina, antes de encaminhar para exame do Órgão Especial”, comentou.

O presidente da OAB SP aponta o efeito danoso do Provimento nº 17/2013, que vem sendo copiado por outros tribunais do país: “Notários e registradores exercem função delegada do Estado, atividade do ponto de vista formal. Não têm aptidão jurídica para promover mediação e conciliação entre as partes. Isso seria altamente prejudicial ao jurisdicionado, que poderia ter seus direitos lesados se aceitar um acordo sem a orientação técnica adequada”, disse.

O conselheiro federal Márcio Kayatt esteve presente no julgamento e considerou a decisão altamente positiva. “É indispensável o acompanhamento que está sendo realizado pela atual gestão, de todos os julgamentos realizados no CNJ, diante da importância dos temas tratados para a advocacia”.

Fonte OAB SP



Toda quarta-feira às 19h em frente a Casa do Advogado

Comissões da Subseção repudiaram o Provimento CGJ nº 17/2013

As comissões de Conciliação, Mediação e Arbitragem e a Comissão de Direito Registral e Notarial da 12ª. Subseção OAB/SP vêm acompanhando de perto todo o processo que envolve o Provimento nº 17/2013, da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O presidente da Subseção fez questão de destacar os trabalhos desenvolvidos nas duas comissões. “São comissões atuantes e combativos que estiveram em contato direto com Seccional SP junto com a diretoria da subseção. O provimento 17 é um escândalo de inconstitucionalidade”, disse.

O Coordenador da CDRN, José Roberto Guimarães esteve este

em todos os Cartórios de Ribeirão para discutir a questão e apresentou manifestação por escrito questionando a constitucionalidade da medida. Contudo, no dia 06.08, as duas comissões soltaram nota pontuando a inconstitucionalidade da medida (vide nota página ao lado), destaque para a redação: “Para a mediação, não obstante ser inquestionável a imparcialidade do notário, a condição dos interessados deve ser igualada, especialmente se verificada a relação de hipossuficiência, daí a imprescindibilidade de serem representados, obrigatória e não facultativamente por advogados, como sucedera, aliás, com os inventários e divórcios extrajudiciais”.

Nota das Comissões Conciliação, Mediação e Arbitragem e de Direito Registral e Notarial contra o Provimento CGJ nº 17/2013



OAB foi incluída no Departamento de Mediação, Conciliação de Conflitos e Cidadania

Projeto de lei passou por duas votações na Câmara. Prerrogativa foi respeitada e Executivo e Legislativo corrigem erro



No dia 29.08.13, na Câmara Municipal de Ribeirão Preto-SP, foi votada alteração do Projeto de lei complementar que altera a redação do inciso III do artigo 4.º da Lei Complementar n.º 2482, de 25 de Outubro de 2011 que dispõe sobre a criação do Departamento de Mediação, Conciliação de Conflitos e Cidadania.

A alteração na Lei Complementar ocorreu por solicitação da 12.ª Subseção da OAB/SP, que apontou a inconstitucionalidade do preceito, em virtude de ter excluído a OAB, e portanto, a advocacia, de seu conteúdo original. O projeto de lei complementar prevê a inclusão, no inciso III, do artigo 4.º da Lei em comento, da OAB.

Com a alteração proposta, o rol junto do qual o Departamento de Mediação, Conciliação de Conflitos e Cidadania poderá realizar interlocução na execução direta das ações, finalmente incluiu a OAB, além do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, visando a integração e agilização dos procedimentos do Centro de Mediação.

Dessa forma, a Lei Complementar n.º 2.482/2011 contemplará a participação de advogados nos procedimentos, atendendo ao dis-

posto no artigo 133 da Constituição Federal, que estabelece que o advogado é indispensável à administração da Justiça”.

O presidente da Subseção, Domingos Stocco falou à reportagem: “A redação do Projeto de lei diz o que diuturnamente expressamos aos entes públicos - que o advogado é indispensável à administração da justiça. Esse projeto iniciou-se de forma equivocada em 2011, em virtude do decote da OAB em seu texto, e a 12ª Subseção, nessa nova gestão, optou por não ajuizar uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), mas fazer articulações, demonstrando ao Executivo e ao Legislativo que a inclusão da OAB se fazia absolutamente necessária e urgente. Fico feliz pelo resultado, pois qualquer proposta de mediação e conciliação sem a advocacia presente está fadada ao insucesso por sua inconstitucionalidade, a exemplo do Provimento nº 17/2013, da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo, que está sendo efetivamente combatido pela OAB, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e do qual já foi alçada vitória parcial pela concessão de liminar para suspender sua entrada em vigor”, concluiu Domingos Stocco.

12ª SUBSEÇÃO DA OAB/SP

“UMA OAB DE TODA A ADVOCACIA”

www.oabrp.org.br

Comissões da 12ª trabalham em sinergia e pedem apuração do MP na penitenciária

Advogados da Subseção estão à frente das investigações e acompanham a apuração das denúncias

Após denúncias da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e da Comissão de Direito Criminal da 12ª Subseção OAB/SP, o Ministério Público determinou que a Delegacia Seccional de Ribeirão Preto abrisse inquérito investigatório sobre a administração da Penitenciária de Ribeirão Preto.

Segundo o Coordenador da CDH, Anderson Polverel, as denúncias são graves: “Há denúncias de extorsão e até de tortura dentro do presídio, que são intoleráveis caso sejam confirmadas”, disse.

Junto a todos os documentos anexados à denúncia há um CD de áudio e vídeo de um funcionário delatando uma série de possíveis irregularidades cometidas pela administração da Penitenciária.

Ricardo Alves de Macedo, Coordenador da Comissão de Direito Criminal, afirmou que a

Subseção vai acompanhar todo o andamento das investigações. “Precisamos apurar inclusive a denúncia de crime de concussão porque teria ocorrido entrada de celular para os presos. As denúncias são fortes e caso haja confirmação os responsáveis devem ser exemplarmente punidos”, disse.

O Presidente da 12ª falou do trabalho das duas comissões: “Pela tradição em toda a OAB Nacional, a Comissão de Direitos Humanos sempre foi e sempre será uma comissão combativa. Saúdo o trabalho dessa comissão em nome do seu Coordenador Anderson Polverel, assim como o Coordenador da Comissão de Direito Criminal e Militar, Ricardo Alves de Macedo. Trata-se de dois grandes jovens advogados atuantes e talentosos dedicados à causa pública e a nossa Subseção”, finalizou o presidente.



Alexandre Bonacini

OAB esteve presente na Audiência Pública que debateu a realização de Rodeios

OAB cobra atenção à modernização e cumprimentos das leis que tratam do tema

Paralelamente à realização da maior Festa de Rodeio do Brasil em Barretos, em 21.08.13 aconteceu a Audiência Pública promovida pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto que tratou da realização de Rodeios.

Estiveram presentes vários vereadores e diversos representantes da sociedade civil, como o Ministério Público, Polícia Militar, ONGs de proteção animal, prote-

tores independentes e demais interessados. A 12ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil/SP foi representada pelo Coordenador da Comissão de Defesa e Direito dos Animais (CDDA), Carlos Renato Lira Buosi, acompanhado das integrantes da Comissão Fernanda Nakamura e Viviane Pinheiro.

No evento foi discutida a exposição dos animais aos maus tratos, a questão da legalidade na utilização deles e na estruturação



dos rodeios. O foco dos trabalhos foi atentar para a necessidade da modernização das leis que tratam do tema, frente a constante evolução científica que envolve a matéria. A Subseção, através da CDDA, está acompanhando atentamente as discussões e sempre estará ao lado da sociedade, da ordem jurídica, do Estado Democrático de

Direito e da Constituição Federal.

Já no dia 02.10.13 haverá um seminário na “Casa do Advogado” com diversos técnicos e representantes da sociedade que tratarão sobre a utilização de Carroças com Tração Animal no perímetro urbano da cidade. “Todos os interessados estão convidados, disse Renato Buosi.

Debate

“E agora advocacia?” é iniciativa pioneira

Debate aberto reuniu a advocacia em torno de temas importantes para o futuro da classe

Como debater a advocacia, seus rumos e desafios, de maneira profunda e profícua? Comece juntando ícones do direito local e abra a palavra para os quem entendem do assunto: Os Advogados. Foi desta maneira que ocorreu na noite do dia 08.08 na Casa do Advogado, o evento “E agora advocacia?”.

A mesa presidida pelo Presidente Domingos Stocco foi formada também pela diretora do Departamento Cultural e de Eventos, e pelos debatedores, o professor e procurador Dirceu Chrysostomo, e as advogadas, a primeira também professora, Claudia Seixas e Célia Meireles.

Os três temas escolhidos foram: “Passei na OAB, e agora?” que tratou sobre os primeiros enfrentamentos da jovem advocacia recém-ingressada na carreira; “O poder Judiciário na contramão da Justiça, e agora?”, que abordou o distanciamento de todo o sistema judiciário para com a sociedade e a justiça e “O peticionamento eletrônico chegou, e agora?” onde foi exposto o sistema de peticionamento eletrônico, um dos maiores desafios da advocacia nos próximos anos.

Num dos pontos fortes da noite, Dirceu Chrysostomo salientou que o Brasil forma um bacharel em direito a cada 6 minutos e que só a região de Ribeirão Preto possui mais faculdades de Direito do que Portugal inteiro, sendo necessária uma reflexão profunda não só sobre o excesso de cursos jurídicos, mas também sobre a saturação do mercado de trabalho, que tem feito tantos formandos seguirem outras carreiras.

Claudia Seixas disse que

o jovem que se formou em Direito precisa fazer uma análise sincera, um diálogo consigo mesmo e se perguntar se quer seguir a carreira de advogado, se tem vocação, se está disposto e se tem condições de enfrentar as dificuldades dos primeiros anos de advocacia, ter consciência que os primeiros sete anos, pelo menos, serão de investimento e de sacrifício.

Célia Meireles apontou uma série de fatos que separam o sistema judiciário do seu caminho em prol da justiça, explicitando, que sem o advogado não há justiça.

No fim da noite foi dada a palavra para os que quiserem compor o debate. Dos 80 colegas advogados presentes, muitos reclamaram da estrutura oferecida pelo judiciário e do mau atendimento dos servidores públicos da Justiça; foi extensamente abordado como os direitos e prerrogativas da advocacia são ameaçados diuturnamente pela existência, embora em menor número, das autoridades coatoras.

Presidente Domingos Stocco terminou os trabalhos tratando da responsabilidade com as prerrogativas da advocacia. “É uma responsabilidade nossa, além de um direito, pois quando não enfrentamos a ameaça em nossas prerrogativas, não são somente as nossas prerrogativas que são invadidas, mas de toda a classe”, disse terminando a fala.

Após o evento foi oferecido um coquetel de confraternização, o debate faz parte do ciclo de palestras e debates organizado pela Diretoria e pelo departamento Cultural e de Eventos da 12ª. Subseção da OAB/SP em comemoração ao mês do advogado.



Comissão de Direito Tributário participou de audiência pública

Comissão participou da audiência pública que debateu o Projeto do Código de Defesa dos Contribuintes de Ribeirão Preto

A Comissão de Direito Tributário da 12ª. Subseção OAB SP esteve presente na audiência pública que discutiu o projeto de lei que cria o Código de Defesa dos Contribuintes no Município de Ribeirão Preto, de autoria do vereador Beto Cangussu.

A audiência foi realizada no dia 05.06, no Salão Nobre da Câmara municipal de Ribeirão Preto.

O advogado Rodrigo For-

cenette, um dos coordenadores da Comissão, esteve presente e pôde constatar a importância do projeto. “Trata-se de um valioso mecanismo de proteção e difusão da cidadania. Direitos como ampla defesa, contraditório, DUPLO GRAU, são previstos para o processo administrativo, além de benefícios fiscais específicos como denúncia espontânea e descontos para pagamento antecipado de débitos parcelados.”, disse.



Coordenadora da Subseção é eleita presidente do COMPPID

Com trabalho destacado na luta em favor das garantias dos direitos da pessoa com deficiência

O COMPPID – Conselho Municipal de Promoção e Integração da Pessoa com Deficiência, escolheu na sexta-feira, dia 26 de abril, por meio de eleição, os novos representantes titulares e suplentes da Sociedade Civil que comporão o Conselho para o mandato de maio de 2013 a maio de 2014, conforme determina a Lei Complementar nº 348, de 13 de junho de 1994.

Cada um dos eleitos representará uma das cinco deficiências: visual, auditiva, intelectual, orgânica e física. Logo após o pleito, os membros se reuniram, desta vez, para a escolha da mesa diretora do Conselho.

Para presidente, por unanimidade, assumiu a coordenadora da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Samira Andraos Marquezin Fonseca, repre-

sentante do segmento “Intelectual”. “Quero discutir todas as dificuldades que enfrentam as pessoas com deficiência e cobrar atitudes dos representantes das secretarias aqui presentes” disse a presidente eleita que se comprometeu a estar pessoalmente no órgão uma tarde por semana e não apenas nas reuniões quinzenais da comissão, como é obrigação.

A vice-presidência será de responsabilidade de Maria Rita Artal Gaspar, do segmento orgânico. Para a primeira e segunda secretárias assumiram, pelo Governo, Regiane Cristina Velho Garcia e Odete Hirota. As reuniões já estão pré-agendadas e para se obter mais informações, basta comparecer pessoalmente no COMPPID, que fica na R. Dom João VI, 115, próximo à Cava do Bosque, ou pelo telefone 3931-3600.



Café da manhã do COMAD

Comissão da Mulher Advogada demonstra força de trabalho durante o semestre

Na deliciosa manhã no dia 21.06, na Casa do Advogado, a Comissão da Mulher Advogada (COMAD) organizou a partir das 9 horas, o 1º. Café com a COMAD, que reuniu advogadas e advogados de todas as comarcas que compõem a 12ª. Subseção da OAB SP. A reunião foi aberta e muito produtiva, num bate-papo descontraído proporcionado por profissionais dinâmicas e mulheres engajadas e, sobretudo, estudiosas sobre o papel da mulher moderna na sociedade. Segundo uma das Coordenadoras da COMAD, Luciana Grandini Remolli, esse deve ser o primeiro de outros eventos similares. A COMAD já organizou

durante março, Mês internacional da Mulher, visitas a todas as comarcas (aqui), além de um evento qual trouxe a advogada e especialista em direito de família, Kátia Boulos, que expôs a palestra: DIRETO DE FAMÍLIA, NOVOS RUMOS, GRANDES DESAFIOS.

Na ocasião, mais de 200 colegas estiveram presentes prestigiando o evento e a Coordenadora Remolli destacou o papel da mulher na sociedade: “A sociedade atual é composta pelo equilíbrio entre homens e mulheres, por isso as decisões não podem mais sofrer revezes de desequilíbrio nas relações de gênero. Uma democracia só se consolida com a participação e representatividade de todos”, disse.



COMAD no combate à violência contra a mulher

A 12ª. Subseção da OAB SP, representada pela Coordenadora da Comissão da Mulher Advogada (COMAD), Luciana Grandini Remolli, marcou presença na reunião no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), em apoio à solicitação de instalação de vara especializada em processos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na cidade de Ribeirão Preto.

A instalação da vara específica é uma das lutas da COMAD junto com a sociedade civil e outros entes públicos.

A instalação da vara específica é uma das lutas da COMAD junto com a sociedade civil e outros entes públicos.



Convênios OAB

Convênios acertados pela Comissão de Convênios da 12ª. Subseção da OAB/SP. Em todos os convênios é necessária a apresentação da Carteira de Identidade da Ordem.

Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos LTDA (IPEBJ). O convênio estabelece descontos variados nos cursos de extensão e aperfeiçoamento, e pós-graduação em sentido lato sensu. Para maiores esclarecimentos entrar em contato 16 3629-4042 com a sra. Tânia Mara Volpi Mieli.

DAN INN HOTEL RIBEIRÃO PRETO, o convênio estabelece descontos de 40% aos advogados sobre os valores de tarifa do balcão. Para maiores esclarecimentos entrar em contato pelo telefone: 16 – 3605 1500.

SNC Suplementos – FIUZA, o convênio estabelece descontos especiais para os ad-

vogados nos produtos de suplementação esportiva. Para maiores esclarecimentos entrar em contato pelo telefone: 16 – 3329-0746

Engraxate Laércio Alves da Silva, o convênio estabelece 1/3 de descontos para os advogados nos serviços de engraxate atendidos in loco. Para maiores esclarecimentos entrar em contato pelo telefone: 16 – 992245672 e 991406869

Nutra consultoria Nutricional, o convênio estabelece descontos de 30% para os advogados nos serviços de consultoria Nutricional, inclusive com atendimento in loco. Para maiores esclarecimentos entrar em contato pelo telefone: 16 – 4141 2531 16-99130 9139.

Zappataria Prime, o convênio estabelece descontos especiais para os advogados em produtos da loja. Para maiores esclarecimentos entrar em contato pelo telefone: (16) 3446-4411 | (16) 3443-3511

Coordenador cobra ações de Segurança Pública eficazes

Coordenador da Comissão de Direito Criminal participa de reunião sobre Segurança Pública no Palácio dos Bandeirantes

No dia 21.06, aconteceu uma reunião na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, junto ao Secretário Fernando Grella. Participaram da reunião diversas lideranças de bairros da cidade, o Juiz de Direito Criminal Guacy Sibille Leite, o deputado Estadual Welson Gasparini e a prefeita Dárcy Vera. Esteve presente também o Coordenador da

Comissão de Direito Criminal, Ricardo Alves de Macedo, representando a 12ª. Subseção da OAB SP. Foi pleiteado ao governo do Estado maior efetivo policial e melhores condições de trabalho aos oficiais presentes na região. O coordenador falou à reportagem sobre as deliberações da reunião: “Quando me foi franqueada a palavra, pugnei pelo significativo au-

mento do efetivo Policial Militar e Civil que necessário se faz em Ribeirão Preto, como maneira de aumentar a sensação de segurança em nossa cidade, pois nosso efetivo já está defasado há muito tempo. Em cidades desenvolvidas, como Nova York, há um policial para cada 250 habitantes. Em nosso Município, se pratica o dobro”, disse.

O coordenador também cobrou políticas públicas de atendimento ao dependente químico e de combate ao tráfico: “Sobretudo, enfatizei o quanto precisamos de um combate efetivo ao tráfico de drogas, que é uma chaga social que corrói a nossa juventude e destrói nossas famílias, esse foi um assunto amplamente debatido na reunião, pois além da destruição do usuário, traz mais e maiores atos de violência em nossa cidade”, completou

Polícia Civil

Recentes números repercutidos na mídia local dão conta de que o efetivo da corporação é o menor registrado em onze anos, com uma queda de 23%. Os dados enviados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo demonstram que, em 2007, atuavam 433 policiais civis em Ribeirão Preto. Atualmente são cem a menos.

Polícia Militar

Há também um déficit de policiais na cidade de Ribeirão Preto e também na região. Dados da Secretaria de Segurança apontam para o número de 1.080 policiais militares atuando no município, o que proporcionalmente representa 1 policial para 583 ribeirãopretanos, sendo que 30% do efetivo da Polícia Militar não está nas ruas, mas sim ocupando funções burocráticas.



Acesse a OAB nas redes Sociais



twitter.com/oab12subsecao



oab12subsecao.wordpress.com



www.facebook.com/oab12subsecao

www.oabrp.org.br

Comissão do Jovem Advogado promove Mini Cursos

Palestras fazem parte de projeto inovador encampado pela Comissão do Jovem Advogado

No dia 23.07, aconteceu na Casa do Advogado, a primeira palestra do Projeto Mini Cursos: “ALIMENTOS GRAVÍDICOS: TEORIA E PRÁTICA – LEI 11.804/2008”, promovido pela Comissão do Jovem Advogado com a coordenação de Marília Constantino e Thaís Kourrouski.

A exposição ficou a cargo da especialista em Direito de Família e Diretora do Departamento Cultural e de Eventos da 12ª. Subseção da OAB/SP, Christiana Maria Roselino Coimbra Paixão.

Diante do plenário tomado de advogados, entre muitos assuntos abordados, os principais foram: alimentos gravídicos, legitimidade ativa: a mulher gestante, legitimidade passiva: suposto pai, fundamento: gastos decorrentes da gravidez, indícios de presunção de paternidade; entre outros.

A Coordenadora Thaís Kourrouski na ocasião externou os cumprimentos à palestrante: “Agradecemos pela palestra, por transmitir os seus conhecimentos a todos nós. O debate ao final da apresentação certamente enriqueceu ainda mais a cada um dos presentes. Esperamos que essa seja apenas a 1ª de muitas outras apresentações”, disse.

A Lei de Alimentos Gravídicos (Lei 11.804/2008) disciplina o direito a alimentos da mulher gestante e a forma como será exercido. Segundo a palestrante Christina Paixão “Embora seja louvável a intenção da lei em proteger a mulher gestante, chamando o “suposto” pai a contribuir para as despesas adicionais do período de gestação, nem todas as disposições da lei são tão salutares quanto aparentam. Ao contrário, há problemas interpretativos tanto de aspecto ma-

terial, quanto processual que precisam ser equacionados”, finalizou.

Cursos

O Projeto de Mini Cursos será voltado aos jovens advogados, serão palestras com teoria e aplicação de peça prática de determinado tema, com duração de até 4 horas, ministrada por um Colega “local”, por determinação da Diretoria da Subseção é importante privilegiar os qualificados advogados da região, que aceitem realizar a “aula” gratuitamente aos jovens advogados. Os Mini Cursos terão emissão de certificado. As inscrições são, a princípio, gratuitas”.

Palestra: Alimentos Avoengos e Alimentos Devidos pelos Filho aos Pais: Teoria e Prática

No dia 30.07, também na Casa do Advogado, a advogada e diretora do Departamento Cultural e de Eventos da 12ª. Subseção da OAB/SP, Christiana Maria Roselino Coimbra Paixão, palestrou sobre os alimentos avoengos e os alimentos devidos pelos filho aos pais.

A diretora falou sobre as duas espécies de alimentos. “Os Alimentos avoengos e Alimentos devidos pelos Filhos aos Pais são assuntos atuais e polêmicos, que vem sendo tema de debate nos mais recentes Congressos Nacionais e Estaduais de Direito de Família. Nos Alimentos avoengos, os avós podem ser chamados a complementar os alimentos dos netos, na ausência ou impossibilidade de o pai fazê-lo. No caso dos alimentos devidos pelos filhos aos pais – há uma dicotomia – porque podem ser regidos, dependendo do caso, ora pelo Código Civil ou pelo Estatuto do Idoso, com regras absolutamente distintas”, declarou.



**ADVOGADO
VALORIZADO,
CIDADÃO
RESPEITADO!**



CONSELHO FEDERAL

OAB promove debate sobre acessibilidade da pessoa com deficiência

Palestra da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência traz cidadania à Casa do Advogado

No dia 01.07, aconteceu, na Casa do Advogado, a Palestra **ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM DIREITO DE TODOS.**

Mais um evento entre diversos promovidos pela Comissão do Direito das Pessoas com Deficiência (CDPD); além do caráter técnico, onde se debateu os direitos das pessoas com deficiência, foram abordadas políticas públicas efetivas, fomentando um vínculo de compromisso dos presentes com o tema.

Foi exposto por um dos participantes, que um evento dessa natureza de conscientização, leva o grande público a grandes lições de cidadania; as mais de 100 pessoas presentes, entre elas membros do COMPPID (Conselho Municipal de Promoção e Integração da Pessoa com Deficiência), engenheiros, arquitetos, membros da sociedade civil e advogados, puderam acompanhar exemplos de políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência.

Antes do início dos trabalhos houve uma apresentação de capoeira no plenário da Casa do Advogado, que emocionou a todos, com a coordenação do professor e psicólogo Felipe Gomez

da AAPSI (Associação de apoio ao psicótico) e participação dos seus alunos; a apresentação faz parte do projeto de inclusão da AAPSI através da capoeira de pessoas com diagnóstico de transtorno mental.

Trabalhos

Representando a Diretoria da 12ª Subseção, Renata de Carlis Pereira presidiu à mesa dos trabalhos; a promotora do evento, Samira Fonseca, presidente do COMPPID e Coordenadora dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ao discursar, abordou a temática da comissão que coordena: “É de suma importância o aprofundamento do debate dos direitos das pessoas com deficiência, é importante que cada um de nós seja um célula de cidadania a esclarecer, a cobrar, a exigir garantias desses direitos”, disse.

Também compuseram à mesa dos trabalhos à Secretária Municipal da Assistência Social, Maria Sodré; Eliana Tradi, representando a Secretária Municipal da Educação; Felipe Gomez AAPSI; Joao Paulo Figueiredo Presidente AEAARP (Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto) e os palestrantes Rebecca Bezerra Promotora



de Justiça da cidade de Natal, Rio Grande do Norte e José Antonio Lanchoti Arquiteto Urbanista da Secretaria de Ribeirão Preto.

A primeira palestra **ACESSIBILIDADE: UM COMPROMISSO SOCIAL, TÉCNICO E ÉTICO**, foi ministrada pelo arquiteto e urbanista José Antonio Lanchotti.

Na segunda palestra, **REBECCA BEZERRA, PROMOTORA DE JUSTIÇA**, especialista nos direitos das pessoas com

deficiência e do idoso, fechou os trabalhos com a palestra **ACESSIBILIDADE, UMA QUESTÃO DE DIREITOS E PRINCÍPIOS.**

Renata de Carlis Pereira ressaltou os relevantes trabalhos promovido pela CDPD: “É uma das meninas dos olhos da Subseção, em todo evento recebemos esse caldo de cultura e cidadania, umas das responsabilidades históricas e que sempre foi compromisso da OAB”, finalizou



DIREITO BANCÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO VINCULADA A CONTRATO DE CRÉDITO ROTATIVO. EXEQUIBILIDADE. LEI N. 10.931/2004. POSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO ACERCA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS RELATIVOS AOS DEMONSTRATIVOS DA DÍVIDA. INCISOS I E II DO § 2º DO ART. 28 DA LEI REGENTE.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, circunstância que autoriza sua emissão para documentar a abertura de crédito em conta-corrente, nas modalidades de crédito rotativo ou cheque especial. O título de crédito deve vir acompanhado de claro demonstrativo acerca dos valores utilizados pelo cliente, trazendo o diploma legal, de ma-

neira taxativa, a relação de exigências que o credor deverá cumprir, de modo a conferir liquidez e exequibilidade à Cédula (art. 28, § 2º, incisos I e II, da Lei n. 10.931/2004).

3. No caso concreto, recurso especial não provido. (REsp 1291575/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 02/09/2013).

DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CLÁUSULA QUE PREVÊ RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR QUANTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS DECORRENTES DE INADIMPLENTO CONTRATUAL. RECIPROCIDADE. LIMITES. ABUSIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os honorários contratuais decorrentes de con-

tratamento de serviços advocatícios extrajudiciais são passíveis de ressarcimento, nos termos do art. 395 do CC/02.

2. Em contratos de consumo, além da existência de cláusula expressa para a responsabilização do consumidor, deve haver reciprocidade, garantindo-se igual direito ao consumidor na hipótese de inadimplimento do fornecedor.

3. A liberdade contratual integrada pela boa-fé objetiva acrescenta ao contrato deveres anexos, entre os quais, o ônus do credor de minorar seu prejuízo buscando soluções amigáveis antes da contratação de serviço especializado.

4. O exercício regular do direito de ressarcimento aos honorários advocatícios, portanto, depende da demonstração de sua imprescindibilidade para solução extrajudicial de impasse entre as partes contratantes ou para adoção de medidas preparatórias ao processo judicial, bem como da prestação efetiva de servi-

ços privativos de advogado e da razoabilidade do valor dos honorários convencionados.

5. Recurso especial provido. (REsp 1274629/AP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2013, DJe 20/06/2013)

ESTABILIDADE GESTANTE. GRAVIDEZ NO CURSO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. INCABÍVEL

Não há como reconhecer estabilidade gestante à obreira que engravida no curso do aviso prévio indenizado, por se tratar de projeção ficta do tempo de serviço, com efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso. Exege-se do § 1º do artigo 487 da CLT e da Súmula nº 371 do TST. (PROCESSO TRT/15ª REGIÃO Nº 0000521-45.2012.5.15.0045, JUIZ RELATOR ANDRÉ AUGUSTO ULPiano RIZZARDO)

Comissão de Relações Institucionais OAB

Se recentemente o Brasil se viu envolto pela força irresistível, que acuou políticos e governos -

regando instituições e Poderes -, para resolver e votar o que sofria de paralisia, nas respectivas cabeças ou gavetas, eis que acontece um evento absolutamente singular, na Casa do Advogado de Ribeirão Preto. A nova diretoria da 12ª. Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, sob a liderança de Do-

mingos Assad Stocco, assumira, durante sua campanha eleitoral, um compromisso que, na história política do Brasil, está fortemente ligada à expressão mágica, que se esparramou no país, após a Constituição de 1988, ganhando, ora por vez, aqui ou acolá, um desenho próprio, quase uma invenção, que ganha um corpo vivente pela ema-

por Féres sabino



nação do espírito atual das ruas brasileiras: democracia participativa. Não foi simplesmente uma posse de mais de trezentos integrantes e coordenadores de cento e duas Comissões, realizada sob a Presidência de Marcos da Costa, da Seção paulista da Ordem dos Advogados. Foi uma posse de um compromisso assumido, adotado

por mais de trezentos advogados, que se dispõem à reflexão de problemas ou questões, que estão, no dia a dia da sociedade civil, vivenciando, de forma intensa e extensiva, o dever do advogado (a) de defender e lutar pelas instituições democráticas, e seu permanente aperfeiçoamento, quando não de sua transformação.

SUA FORMAÇÃO COMPLETA AQUI

VESTIBULAR 3/NOV

INSCREVA-SE PELO SITE



**CEJUSC
PARCERIA
TJ-SP**
DIREITO NA PRÁTICA

**MAIS
APROVA
NA
OAB**

**PARCERIA
DE
ESTÁGIOS**

24 CURSOS

Consulte o Edital do Processo Seletivo para mais informações.*

Administração
Arquitetura e Urbanismo
Biomedicina
Ciência da Computação
Ciências Contábeis
Direito
Economia**
Educação Física – Bacharelado
Educação Física – Licenciatura

Enfermagem
Engenharia Ambiental
Engenharia Civil
Engenharia da Computação
Engenharia de Produção
Fisioterapia
Jornalismo***
Pedagogia
Publicidade e Propaganda***
Psicologia

Programa Dupla Diplomação*****
Direito e Administração
Direito e Ciências Contábeis

Superior de Tecnologia em:
Design de Interiores
Design Gráfico
Gestão da Qualidade
Gestão Hospitalar
Segurança do Trabalho

**Ciências Econômicas
***Comunicação Social



EM BREVE MEDICINA****

*Edital disponível no endereço: <http://uniseb.com.br/presencial/vestibular>

**NOTA
EXCELÊNCIA
MEC**

**CERTIFICAÇÃO
DE QUALIDADE
FGV**
ADMINISTRAÇÃO

**ADMINISTRAÇÃO
★★★★★
GUIA DO
ESTUDANTE
2013**

**Ψ
PSICOLOGIA
FORMAÇÃO
INTEGRAL**

**ÚNICA
ENGENHARIA
POLITÉCNICA
DE RIBEIRÃO PRETO**

**ARQUITETURA
NOTA
MÁXIMA
MEC/INEP**
AVALIAÇÃO DE REGULAÇÃO DO CURSO

UNISEB
CENTRO UNIVERSITÁRIO

www.uniseb.com.br

Informações:

(16) 3603-9999 • R. Abrahão Issa Halack, 980 – Ribeirânia – Ribeirão Preto



facebook.com/unisebribeirao



twitter.com/uniseb_rp

ADESÃO TOTAL AO FINANCIAMENTO ESTUDANTIL FIES E PROUNI

****O Centro Universitário UniSEB protocolizou pedido de abertura do curso de Medicina e está em fase de conclusão das etapas dos processos de avaliação e aprovação das condições de ofertas do referido curso, junto às instâncias e aos órgãos competentes. ***** O aluno cursará 2 graduações independentes, por exemplo: Direito no período matutino e Administração ou Ciências Contábeis no período vespertino, com aproveitamento das disciplinas que forem comuns aos cursos. Concluirá o curso de Direito em 5 anos e Administração e Ciências Contábeis em 4 anos, conforme matriz curricular dos cursos.